REVISTA TERRITORIAL
PERIÓDICO ELETRÔNICO DE GEOGRAFIA
ISBN 2317 - 0360

# Povos Indígenas do Cerrado e Alimentação: estudo de caso do Povo Inỹ /Karajá do município de Aruanã (GO)

*Indigenous peoples of cerrado and food: case study of the Inỹ/Karajá People of the municipality of Aruanã (GO)*

*Pueblos indígenas del cerrado y alimentación: un estudio de caso del Pueblo Inỹ/Karajá del municipio de Aruanã (GO)*

**Benjamim Pereira Vilela**
Instituto Federal de Goiás – IFG
benjamim.vilela@ifg.edu.br

**Eguimar Felício Chaveiro**
Universidade Federal de Goiás – UFG
eguimar@hotmail.com

**Ângelo Silva Cavalcante**
Universidade Estadual de Goiás-UEG
angelo.cavalcante@ueg.br

**Resumo**: O povo indígena Karajá se autodenomina Inỹ, cujo significado é "nós", "nós mesmos", pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé e Xambioá (TO). Estão localizados no Vale do Rio Araguaia e seus afluentes em 29 aldeias. O presente estudo é sobre o povo Karajá do município de Aruanã (GO), que segundo dados da SESAI, corresponde a cerca de 360 indígenas que vivem em duas aldeias, uma dentro e outra fora de Aruanã. Alguns fatores têm desarticulado a vida desse povo, tais como: a perda da língua materna pelos mais

jovens; problemas de alcoolismo; proletarização; diferentes lideranças com interesses distintos; a perda dos ritos; famílias que viviam na Ilha do Bananal (TO) mudando-se para a aldeia BdèBure; o enfraquecimento e a falta de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena – e um contingente de problemas ligados às mudanças territoriais do Cerrado, em geral, e do município de Aruanã-GO, em particular. A pesquisa em curso constatou, até o momento, que os problemas apresentados mediante pressões territoriais, sobretudo do turismo e da agropecuária, afetam o acesso ao alimento; a sua distribuição entre os sujeitos; a dieta e os gostos culturais; a forma de conquista do alimento; os objetos utilizados para preparar a comida, bem como a forma de fazer a comida, efetivando a insegurança alimentar. Tais como as mudanças territoriais da planície do Araguaia, ocorrem mudanças da alimentação Karajá. A metodologia é de estudo de caso e trabalhos de campo são basilares para o levantamento dos dados e análises. Autores como Afrika, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), entre outros, foram fundamentais.
**Palavras-chave**: Povo Iny/Karajá. Alimentação. Nutricídio. Asfixia Territorial.

**Abstract:** The Karajá indigenous people call themselves Inỹ, whose meaning is “we”, “ourselves”, belongs to the Macro-Jê linguistic trunk, is divided into three languages: Karajá (GO/MT), Javaé and Xambioá (TO) and are located in the Araguaia river valley and its tributaries in 29 villages. The present study is about the Karajá people from the municipality of Aruanã (GO) who, according to SESAI data, are around 360 indigenous people who live in two villages, one inside and outside of Aruanã. The loss of their original language by young people; alcoholism problems; proletarianization; different leaders with different interests; loss of rites; families who lived on Ilha do Bananal (TO) moving to BdèBure village; weakening and lack of public policies for Indigenous School Education – and a number of problems linked to territorial changes in the Cerrado, in general, and in the municipality of Aruanã-Go, in particular, have disrupted the

lives of these people. The ongoing research has so far found that the problems presented through territorial pressure, especially from tourism and agriculture, affecting access to food; its distribution between subjects; diet and cultural tastes; the way in which food is obtained; the objects that make the food; the way of making food, creating food insecurity. Just like the territorial changes of the Araguaia dam, they occur as changes in the Karajá diet. The methodology is a case study and fieldwork is essential for data collection and analysis. Authors such as Africa, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), among others, were fundamental.
**Keywords**: Iny/Karajá people. Food. Nutricide. Territorial Asphyxiation.

**Resumén:** El pueblo indígena Karajá se autodenomina Inỹ, cuyo significado es "nosotros", "nosotros mismos". El lenguaje de ese grupo pertenece al tronco lingüístico Macro-Jê y se divide en tres lenguas: Karajá (GO/MT), Javaé y Xambioá (TO). Esa población se ubica en el valle del río Araguaia y sus afluentes, en 29 aldeas. El presente estudio trata sobre el pueblo Karajá del municipio de Aruanã (GO), que, según datos de la SESAI, corresponde a cerca de 360 indígenas que viven en dos aldeas, una dentro y otra afuera de Aruanã. Algunos factores han desarticulado la vida de estas personas, tales como: la pérdida de la lengua materna por parte de los más jóvenes; el alcoholismo; la proletarización; diferentes líderes con distintos intereses; la pérdida de los ritos; familias que vivían en la isla de Bananal (TO) que se trasladan a la aldea de BdèBure; el debilitamiento y la falta de políticas públicas para la Educación Escolar Indígena – y un contingente de problemas vinculados a los cambios territoriales del Cerrado, en general, y del municipio de Aruanã-GO, en particular. La investigación en curso ha constatado, hasta ahora, que los problemas surgidos a través de las presiones territoriales, especialmente del turismo y de la agricultura, afectan el acceso a los alimentos; su distribución; dieta y gustos culturales; la manera de obtener la comida; los objetos utilizados para preparar los alimentos, así como hacerlos, lo que provoca la inseguridad alimentaria. Al igual que los cambios territoriales de la llanura

Araguaia, hay cambios en la dieta Karajá. La metodología es un estudio de caso y el trabajo de campo es básico para la recolección y análisis de datos. Autores como Afrika, (2000); Sena (2023), Sorre (1952), entre otros, fueron fundamentales.
**Palabras clave**: Pueblo Iny/Karajá. Alimentación. Nutricídio. Asfixia territorial. Geografia. Paisage. Espacio. Lugar. Territorio.

# Introdução

Estamos certos de que as sociedades mundializadas, complexas, agitadas, com novos padrões acumulativos e com novas forças produtivas, transformando o entretenimento em expediente de trabalho, como visto na ideia de economia da atenção e de extrativismo do olhar, recolocam os conflitos sociais, a ontologia das classes e o lugar dos grupos sociais em seus domínios. Pode-se dizer que há, além de um novo estatuto cognitivo planetário, conforme pontua Fraser (2019), desafios para suplantar os muros epistemológicos, as fronteiras dos saberes e as especializações redutoras da empresa acadêmica neoliberal.

Além disso, a vida de trabalhadores informais, de gente que se envolve com o trabalho burocrático e com o terciário, de pedreiros, serventes, operários, comerciários, bancários, trabalhadores da segurança, cuidadores, entregadores de entregadores de aplicativo, de professores e professoras, de profissionais da saúde e alguns sujeitos indígenas, são implicadas decisivamente pelas táticas das empresas plataformas e pelas big techs, como a Uber, a Amazon, a Microsoft, a Apple e outras.

Essa implicação, diferentemente do que ocorria antes, apresenta uma força singular: apodera-se das sinapses dos sujeitos, sequestra o seu tempo de vida, cria uma espacialidade nova, que Ferreira (2024) denomina “geração do quarto”. No trânsito ideológico, essas empresas se juntam aos poderes nacionalistas, aos conservadores e, inclusive, às camadas fascistas, controlando os dados, endereçando-os em forma de fake news, estabelecendo uma nova prática política: o cancelamento.

O resultado, além do maior monopólio já visto na história da humanidade, dá conta de que apenas cinco (5) empresas possuem mais capitais que todos os países fora os dos EUA e China. Consequentemente, tem-se o adoecimento do sujeito, o crescimento da violência em todos os níveis e o esgotamento emocional dos trabalhadores.

A leitura desse quadro, conforme recomenda Moreira (2007), insere as reflexões no que é concreto. De fato, não se pode pensar a produção do conhecimento, a sua divulgação, o seu sentido ético e político, fora da realidade social em que é produzido. Nessa circunstância, surge a problemática desse

trabalho: como os povos indígenas do Cerrado goiano, especificamente o povo Karajá-Aruanã, desenvolvem a sua relação com a alimentação?

Além do diálogo de pesquisa entre os autores, vale-se do conteúdo originado da pesquisa intitulada "A Produção de Alimentos Saudáveis no Cerrado Goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-Go" – CNPQ - Chamada CNPq Nº 04/2021. A premissa teórica consiste nessa ideia: dentre os desafios dos povos indígenas do Cerrado goiano, historicamente constituídos - e os novos desafios impostos pelas sociedades mundializadas - situa-se o da alimentação.

Nesse contexto, nota-se que, cada vez mais, o povo Karajá-Aruanã, perde as fontes naturais da alimentação, sendo compelido à proletarização para sobreviver. Esse processo os subordina às vicissitudes do mercado, tal como o território do Cerrado, em geral, está subordinado ao comércio de commodities.

## Leitura territorial dos povos indígenas do Brasil

Os estudos e as pesquisas mirados nos povos indígenas em 2024 indicam que problemas estruturais do passado e os problemas estruturais do presente se estendem no Brasil inteiro. São terras invadidas, sequestradas, territórios fragmentados, precarização da vida, da sobrevivência e da existência. Não se pode, contudo, dizer que os povos indígenas, imersos nesses problemas, não agiram, resistiram, lutaram.

Pode-se dizer que a história dos povos indígenas do Brasil é marcada por séculos de "lutas e batalhas" pela vida, pela terra, pela integridade corporal, linguística e cultural. Se, no passado, um dos maiores desafios dos povos indígenas foi o de sobreviver aos massacres organizados pelos colonizadores, hoje, a permanência em seus territórios tem sido uma luta diária, marcada por diversas e diferentes pressões e repressões de violência.

A morte física e os abalos culturais e simbólicos são, com frequência, uma realidade anunciada em jornais e no interior dos movimentos indígenas devido à vulnerabilidade em que vários povos se encontram. As políticas do Estado brasileiro, em constante barganha com megaprojetos de mineração, madeireiras, hidrelétricas, rodovias, estradas, linhas de transmissão de energia,

agronegócio, entre outros, afetam as terras indígenas, reforçam a dimensão da ameaça à vida e à cultura desses povos.

De maneira, que se pode sintetizar que a história de ocupação do Brasil se dá, em diferentes contextos e formas, fermentando conflitos e revoltas populares, massacres e genocídios relacionados à distribuição e à proteção de terra. Nessa conjuntura, as regiões brasileiras tiveram ocupações e processos de desenvolvimento distintos, desiguais e heterogêneos. A ocupação litorânea no sudeste do país, por exemplo, foi fundamental para o início da colonização, provocando o isolamento de outras regiões outrora distantes dos colonizadores, como é o caso da região Centro-Oeste.

Por conseguinte, dores, contradições e conflitos foram inevitáveis e presentes cotidianamente na vida de povos indígenas que habitavam no Brasil. Deve-se reconhecer que, a partir do século XV, marco da colonização do Brasil, foi tirado de muitos povos indígena o direito de viver conforme seus antepassados e suas tradições milenares.

Além das políticas de terras sob domínio, a corte portuguesa utilizava o trabalho escravo e indígena. Logo, esses sujeitos eram invisibilizados como portadores de direitos, opiniões e sentimentos. Essa forma política fortaleceu a ideia de que os indígenas serviriam no primeiro momento da ocupação do Brasil apenas como mão de obra para o progresso outrora almejado e que a presença deles em suas terras eram entraves para o desenvolvimento.

Bonfim (2011) explica que os povos indígenas brasileiros, historicamente, sofreram uma proposital invisibilidade, que está diretamente ligada à forma violenta de expropriação de suas terras durante toda a feitorização portuguesa, o que fez desaparecer uma série de culturas, modos de vida, línguas e organizações sociais originais.

As práticas indigenistas portuguesas no período de ocupação evidenciam o desejo de tornar os povos indígenas domesticados, dependentes e servos da Coroa, baseada no princípio de civilização, do cristianismo e da integração dos índios à sociedade luso-brasileira. Essa estratégia violenta tinha um objetivo: torná-los úteis aos interesses econômicos e socioculturais da empresa colonizadora.

Com massacres em massa, a dizimação e a extinção de muitos povos indígenas foi intensa, principalmente entre os séculos XV e XVIII, período em que culturas, línguas e costumes foram seviciados. Nesse contexto é que se deu o surgimento e a criação dos territórios indígenas idealizados, demarcados e organizados pelos colonizadores, no qual os povos indígenas deveriam viver conforme as leis europeias civilizadas.

Para Barbosa (2008, p.02) e para outros autores, embora o colonialismo não seja uma ação histórica nova, a colonialidade continua. Trata-se de uma política de um Estado, de um projeto de sociedade e de afirmação da sociedade capitalista em nível mundial.

O projeto colonizador tinha como alcance o enriquecimento da classe dominante do povo explorador sobre o outro: o colonizado. Houve, no projeto, uma cumplicidade da nação dominada alicerçada num pacto de poder. É importante sublinhar que a colonização não foi e apenas uma arma de um povo contra outro, não é "apenas" um "problema social" e "econômico". É, fundamentalmente, um problema étnico e cultural.

Tal política acaba jogando para baixo as economias e as culturas dos povos que foram dominados e, em seguida, colonizados. A partir daí, nota-se que o caráter demarcador do "homem branco", desde o princípio, não beneficiou os indígenas, possibilitando, desde então, invasões às terras tradicionais e a apropriação destas para fins lucrativos de grandes investidores e empreendimentos.

Os estudos de Heck e Prezia (2012) afirmam que, no território brasileiro, na época da colonização, os povos indígenas somavam aproximadamente seis milhões, de acordo com os critérios da estatística histórica do período, sendo a Amazônia a região mais povoada. Embora haja diferenças demográficas, étnicas e de língua, há semelhanças no modo como os povos indígenas, em todas as regiões do Brasil, foram tratados pelos colonizadores.

A ocupação do estado de Goiás, por exemplo, está diretamente ligada à política de aldeamentos e ação dos paulistas do século XVI, ou melhor, os bandeirantes. Nas ações dos bandeirantes, os conflitos com indígenas eram bastante comuns. Segundo Ataídes (2006, p. 58), a ocupação colonizadora do Centro-Oeste e a redução demográfica dos povos indígenas são processos que existem em torno de quatro séculos, e ainda não se podem considerar

estabelecidos em vista dos constantes conflitos de terra entre indígenas e posseiros.

Há de se considerar também que, mesmo antes de 1722, época em que Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), veio para fixar-se em território goiano, várias bandeiras e mesmo grupos menores vagavam pelo interior à procura de ouro e de sujeitos indígenas para escravizar. A postura do "colonizador" foi a de, primeiramente, catequisar para depois civilizar os indígenas, produzindo violentas formas de organização do território e da vida indígena.

A gestão colonial e suas práticas para com os povos indígenas, muitas vezes, se apresentavam contraditórias e confusas, como ressaltou Apolinário (2005, p.174). Mesmo que, nos termos da lei, se proibisse, veementemente, a escravidão indígena ou os maus-tratos, em alvarás, provisões e cartas régias, ficavam brechas, permitindo que os colonizadores utilizassem mecanismos coercitivos violentos e os meios da própria escravidão, à qual eram submetidos os sujeitos indígenas.

Na certeza imposta pelo colonizador de que os indígenas causavam entraves ao progresso e à busca pelo ouro, foram criados, entre 1741 e 1872, aldeamentos indígenas para desocupar as suas terras e direcioná-las à extração do minério, além das atividades agrícolas e pastoris. A época de Ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 1950 e anos de exploração, verificou-se a decadência rápida da mineração. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios.

Ao se evidenciar a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas por parte de governo, sem alcançar, no entanto, resultado satisfatório. Convém compreender que a economia do ouro, sinônimo de lucro fácil, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica. Palacin e Moraes (1975) consideram que a decadência do ouro afetou a sociedade goiana, principalmente na forma de ruralização e regresso a uma economia de consumo.

Com o processo de decadência da mineração, no século XIX, a economia goiana entrou em uma intensa crise, situação essa que afetou os povos indígenas em Goiás, haja vista que houve um crescente interesse por terras para

uso da agricultura e da pecuária. Isso fez intensificar as disputas e conflitos também pelas terras indígenas.

Com a decadência da mineração, a população da Capitania de Goiás teve de se adaptar à vida no campo e consumou o que foi denominado tempo da fazenda-roça goiana. As terras indígenas foram transformadas em fazendas de gado, lavouras e territórios similares. Era comum, longe dos territórios de exploração de ouro, erguerem-se engenhos de açúcar em território indígena.

No século XVIII, os aldeamentos indígenas em Goiás começaram a declinar, especialmente em razão da sua considerável redução populacional. Os sujeitos indígenas remanescentes foram "abandonados" e tiveram, eles mesmos, que lutar pela sobrevivência de diferentes formas.

Os conflitos territoriais implicados na vida dos povos indígenas de Goiás marcaram os séculos XVIII e XIX. A forma mais comum de resistência indígena foi o enfrentamento. As consequências disso foram a destruição e a dizimação de muitos povos indígenas, já que o contingente populacional desses povos se reduziu drasticamente.

O movimento de criação do Estado brasileiro, chamado de Independência do Brasil, no século XIX, não alterou o quadro social e econômico de Goiás. Alguns grupos oligárquicos se destacaram durante o período imperial e permaneceram no poder até as primeiras décadas do século XX, como os Bulhões, os Fleury e os Caiado.

No ano de 1818, por carta régia de Dom João VI, a Vila tornou-se Cidade de Goiás. Após o colapso da mineração, a economia goiana, nos séculos XVIII e XIX, passou a se dedicar às atividades ligadas à pecuária e à agricultura. No século XX, Goiás desenvolveu a agricultura como principal atividade econômica. Porém, durante as três primeiras décadas desse século, Goiás continuou atrelado à política oligárquica da Primeira República.

A Abolição da escravidão, em 1888, também não alterou as condições de trabalho e de moradia dos escravos que viviam em Goiás. Aliás, a população de Goiás era constituída por uma maioria negra e uma minoria branca. No século XX, a oligarquia dos Caiado tomou o poder político do estado até a Revolução de 1930. Getúlio Vargas, que havia instalado a Revolução, monopolizou o poder e nomeou o interventor Pedro Ludovico Teixeira, que fazia oposição aos Caiado.

A partir da década de 1930, deve-se considerar que Goiás entra em um marco divisório de um novo padrão territorial, que permitiria inserir o estado na economia nacional. Em 1940, Goiás cresce rapidamente. A construção de Goiânia, a ocupação do Mato Grosso goiano, o Plano de Desenvolvimento do governo de Mauro Borges e a economia rural de Goiás; a campanha nacional de "Marcha para o Oeste", que culmina, na década de 1950, com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao “desenvolvimento” de Goiás.

Os sistemas de transnacionalização de consumo e capital marcaram a década de 1960 e, no final de 1970, as políticas de tecnificação da agricultura possibilitaram transformações significativas, especialmente as econômicas, estreitando o setor agrícola e industrial e fortalecendo a agroindústria no estado. Ainda na década de 1970, o POLOCENTRO (Programa Para o Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado) foram programas essenciais para a incorporação da região Centro-Oeste na fronteira agrícola nacional e na linha de desenvolvimento de modo geral.

Com o objetivo de melhorar a infraestrutura de transportes, a logística de armazenamento, as técnicas de produção e correção do solo, dentre outras transformações, os programas citados foram muito importantes para o desenvolvimento das atividades agroindustriais em Goiás. A partir de 1980, os investimentos em Goiás foram intensos e tinham como base o financiamento rural e políticas de incentivos regionais e locais como atrativos para investidores nacionais e internacionais.

Frente a esse contexto, Mendonça (2004) destaca que a matriz espacial de Goiás é a modernização, compreendida como tecnificação e estratégia de domínio territorial. Assim, as bases econômicas de Goiás passaram a ser gradativamente marcadas pelas atividades econômicas de mineração, pecuária, agricultura, agroindústria e agronegócio, sendo, as últimas, fundamentais para a projeção econômica do estado em 2024.

## O povo indígena Inỹ - Karajá de Aruanã/GO

É corrente ouvir das lideranças indígenas que o povo indígena Karajá se autodenomina Inỹ, cujo significado é “nós”, “nós mesmos”. O nome Karajá é de

origem Tupi, cujo significado aproxima-se de "macaco grande". Conforme explicita Rodrigues (2012), os Karajá pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé e Xambioá (TO).

Ao todo, os povos Karajá possuem cerca de 29 aldeias, ramificadas ao longo do Vale do Rio Araguaia e de seus afluentes. A maior quantidade de aldeias localiza-se na Ilha do Bananal, estado do Tocantins. De acordo com Salera Júnior; Malvasio e Giraldin (2006), as aldeias dos subgrupos Karajá e Xambioá estão às margens do Araguaia; as dos Javaé ficam às margens do rio Javaés, um braço menor do rio Araguaia, que contorna a parte leste da Ilha do Bananal, no Tocantins.

Com o contato e a convivência acentuados com os sujeitos não indígenas, o povo Karajá, segundo Toral (1992), sofreu mudanças culturais, redução demográfica e processos migratórios entre os três subgrupos. De acordo com dados da Secretaria de Saúde Indígena (2024), o povo Karajá, localizado no município de Aruanã, no estado de Goiás, soma cerca de 360 pessoas, distribuídas em duas aldeias, denominadas Buridina e BdèBure.

Portanto, há também muitos indígenas Karajá que vivem fora da aldeia e/ou terra indígena. Estão em várias cidades do estado de Goiás, como Aruanã; Anápolis; Goiânia; Cidade de Goiás; Aragarças, entre outras.

Sob a pressão do turismo urbano de Aruanã-GO, premidos pela cidade e pela cultura urbana, sem autonomia para usarem o Rio Araguaia, imerso na pressão econômica do agronegócio movido por bois e soja na planície do Araguaia, o Povo Karajá, em suas duas aldeias, sofre vários abalos em sua identidade e cultura.

Alguns fatores têm desarticulado a vida desse povo, a saber: a perda da língua materna pelos mais jovens; problemas de alcoolismo; proletarização; diferentes lideranças com interesses distintos; perda dos ritos; famílias que viviam na Ilha do Bananal (TO) mudando-se para aldeia BdèBure; o enfraquecimento e a falta de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena – e um contingente de problemas ligados às mudanças territoriais do Cerrado, em geral, e do município de Aruanã-GO, em particular. Apesar disso, há frentes que, com os Karajá, lutam em sua defesa.

Todos os problemas contextualizados mediante essas pressões territoriais afetam o acesso ao alimento; a sua distribuição entre os sujeitos; a dieta e os gostos culturais; a forma de conquista do alimento; os objetos utilizados para preparar a comida, bem como a forma de fazer a comida, efetivando a insegurança alimentar. Tal como as mudanças territoriais da planície do Araguaia, ocorrem as mudanças da alimentação Karajá.

## A alimentação do Povo Karajá

O alimento é um objeto cuja conectividade é profunda e ampla. Ele está ligado aos elementos bióticos; também às drenagens e ao solo. Tem ligação com o Estado, com a geopolítica, como os movimentos sociais. A sua inscrição econômica é decisiva, passando pela esfera da produção, da circulação e do consumo. Está diretamente ligado à cultura, aos símbolos, aos gostos e se ramifica na emoção, no afeto e no desejo.

No campo da pesquisa geográfica, desde os trabalhos de Max Sorre (1952) até os feitos pelo grupo Geossabores, o alimento ocupa um lugar importante face a sua ligação com o clima, com as tradições culturais, com a estrutura do território e com a relação cidade-campo. Não há nenhuma corrente geográfica, desde as críticas até as liberais, que não identifiquem o alimento como objeto de estudo.

Nesse quesito, o geógrafo Caio César Alencar de Sena, a partir de sua tese de doutoramento cujo título é: "Da Modernização à Globalização Alimentar: o local e o global na Região Metropolitana de Goiânia" (2023), expõe uma ideia: vive-se atualmente o momento da globalização alimentar. Mesmo com diferentes resistências, desvios e pactos, as práticas e os gostos alimentares, sob o comando de um fordismo alimentar, operam no sentido de criar o adestramento do paladar como uma estratégia de negócio e de política. Os seus argumentos dão conta que

> A globalização alimentar é entendida como o processo de transformação das culturas alimentares por meio das indústrias da alimentação e seus projetos de padronização dos hábitos. Tal processo tende a pressionar, secundarizar e se apropriar de elementos locais até que possa substituí-los. Esse processo, além de dilacerar o cotidiano, tem alterado a forma como grupos e

> sujeitos sociais pensam e significam seus patrimônios alimentares (SENA, 2023, p. 30).

De fato, vive-se em 2024, um contexto de profundas transformações das práticas alimentares. As mudanças justificam a estratégia de países ricos, especialmente dos Estados Unidos da América, no pós-guerra, em transformar o alimento em uma mercadoria potente economicamente do capitalismo contemporâneo.

Além das pesquisas agronômicas feitas pelos Estados de países ricos, que alçam o controle de sementes; dos nutrientes do solo; da composição genética dos cultivares; das tecnologias e das forças produtivas e das ações estratégicas em criar um mercado mundial de alimento para transformá-lo numa peça da hegemonia econômica mundial dos EUA, agia-se, com o mesmo propósito, para desarticular a dinâmica de produção de alimentos de povos e comunidades tradicionais.

Foi com essas estratégias que ocorreu o processo de modernização do processo produtivo estabelecendo o que hoje denomina-se financeirização dos hábitos alimentares. O geógrafo explica que

> A globalização alimentar é a evidência do imperativo do sistema de mercado: comida como consumo. Revela também a força das redes e dos grupos corporativos (indústrias produtoras de alimentos) na transformação das culturas alimentares (...) que alcançam desde as mudanças no campo, com a produção moderna de alimentos, até as paisagens urbanas, com estabelecimentos de alimentação e suas tendências neoliberais advindas do processo de financeirização até de hábitos alimentares (SENA, 2023, p. 30).

Tendo em vista as palavras do geógrafo, é fácil verificar que a globalização alimentar alcançou as aldeias, impôs-se aos sujeitos indígenas, como é o caso do povo Karajá, que vive em um regime mercantil de mobilização do alimento. Atrelada a isso, tem-se a fragmentação do território Karajá e o alagamento, durante quase todo ao ano, da área II (que fica na divisa com MT), conforme Figura1, a mais importante para caça, coleta plantação de arroz,

mandioca e milho e criação de animais, restando apenas a área III para criação de animais e hortas.

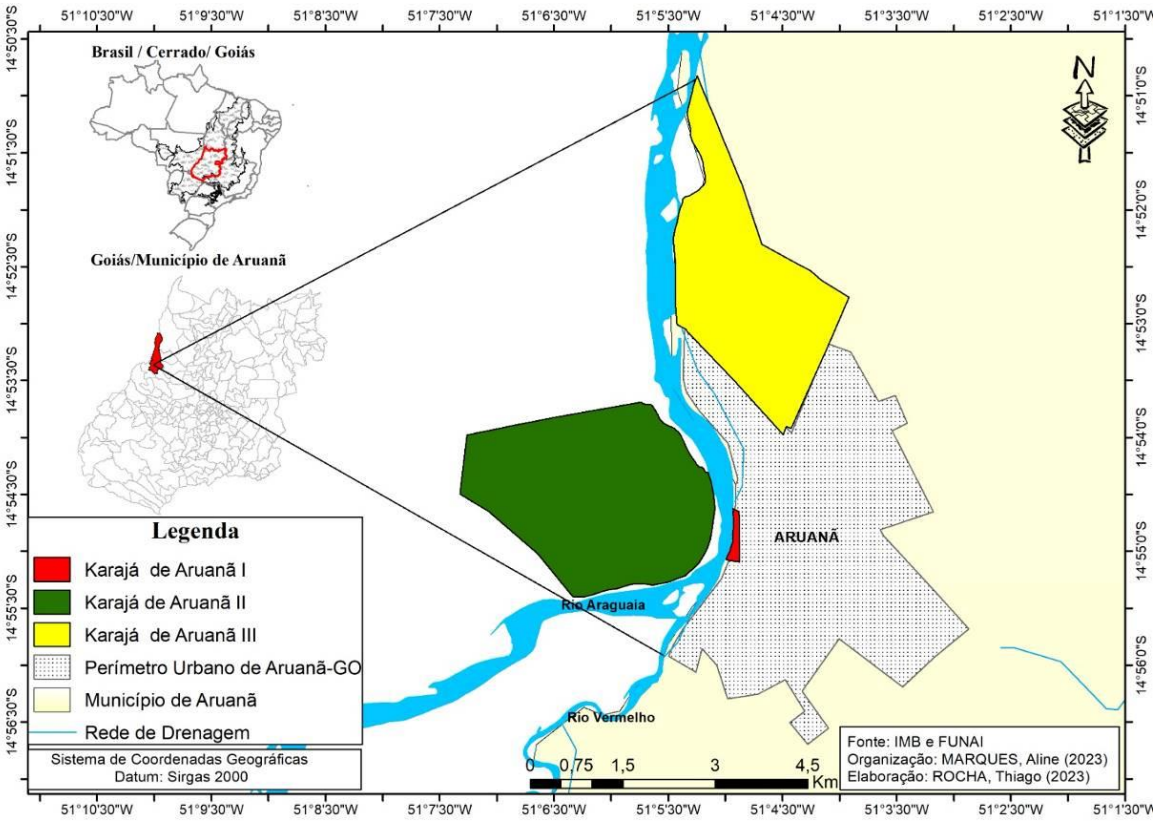


**Figura 1 - Mapa das Aldeias Karajá**

*Fonte: IMB e FUNAI (2022).*

Nesse contexto, houve uma desestabilização das suas práticas e de seus hábitos alimentares enraizadores, tornando-os dependentes dos supermercados. O mesmo processo gerou também rupturas entre o ambiente de vida dos Karajá e a produção dos alimentos.

Conforme narrativas obtidas em campo, os indígenas Karajá sublinharam que a base de sua alimentação consistia, anteriormente, na caça, na pesca e no extrativismo. Animais como queixada, mutum, jacu, paca, pata asa branca, anta, mateiro e pomba do bando, caçados às margens do rio Araguaia, se juntavam ao grolado de mandioca. Somando a isso, destacam-se dois alimentos essenciais na alimentação tradicional do povo Karajá: o tracajá e o mel. Entretanto, a partir da década de 1980, com as mudanças territoriais na planície e no próprio rio, a dieta alterou-se drasticamente.

Alteram-se, ainda, os vínculos dos povos Karajá com o rio Araguaia, pois, à medida que o território foi sendo ocupado por fazendeiros e por posseiros, no mesmo contexto, ocorria a formação de latifúndios de criação de gado bovino, iniciando também a prática de turismo de sol e praia na cidade de Aruanã. Essas mudanças promoveram uma disputa pelas terras indígenas.

Dessa forma, os efeitos nas mudanças da produção de alimentos e nas transformações das práticas e dos hábitos alimentares, com base no monopólio do rio Araguaia pela atividade turística, geraram uma disputa cultural entre a cultura urbana e as tradições dos povos Karajá. Pela lógica territorial, a cidade invadiu as aldeias, os corpos, a língua, os gostos e os expedientes simbólicos dos sujeitos Karajá.

Nessa mesma situação, pode-se afirmar que as mudanças no uso e na significação do Araguaia foram acompanhadas de um processo rápido de desmatamento das terras da planície. O preço baixo das terras foi uma motivação para se formar os latifúndios da pecuária. Houve uma rápida substituição da pecuária extensiva pelas modernas pastagens artificiais. Isso, a um só tempo, provocou mudanças nas paisagens e na vida do povo Karajá.

Com a valorização do preço da terra, do suporte técnico-mecânico para realizar o desmatamento e do plantio de cultivares artificiais, houve a sedimentação de uma lógica econômica nova na planície fluvial do Araguaia. Isso gerou como consequência a fuga de animais, a diminuição dos peixes e a fragmentação da terra indígena, desarticulando a cultura, os costumes, as práticas e os hábitos alimentares indígenas.

Além dessas mudanças, protagonizou-se a redução dos vínculos vitais dos Karajá com o rio Araguaia, com a terra e também com a cultura de sua origem. Tal fato se intensificou com a urbanização das aldeias e também do rio Araguaia, compelindo os sujeitos indígenas a um regime de proletarização. Esse regime criou o processo de proletarização indígena, efetivando a relação entre salário e dependência do supermercado.

Anteriormente, a prática de coleta de raízes, frutos, madeira, penas, cipós, folhas de palmáceas, além da caça e da pesca, garantiam a alimentação e também as práticas culturais, como a realização de festas, a produção e a narrativa dos mitos importantes na cosmologia Karajá, como as celebrações das divindades, o lazer das crianças e os adornos. Porém, agora tudo alterou-se. O

contato necessário com a cultura urbano-mercantil promoveu a cisão de valores e gostos dos sujeitos Karajá, especialmente dos mais jovens, que não querem mais falar a língua indígena o Inyrybe e nem mesmo usar o símbolo Komarurà.

Algo notório em Aruanã é a prática do turismo que teve uma implicação simbólica na representação dos povos indígenas. A cultura avassaladora do turismo de temporada se aplacou nas aldeias, o que reposicionou a função cultural do rio, agora, à mercê de turistas urbanos. Convém entender que, à medida que a cidade se desenvolvia e, com ela, os objetos turísticos, o que se viu foi a criação de uma tática de assédio aos costumes, aos saberes e ao trabalho dos sujeitos Karajá, colocando-os como parceiros da prática do turismo predatório.

A ambiguidade e a complexidade cultural dos Karajá desdobraram-se na fratura entre corpo e alma. O corpo é visivelmente identificado como indígena, mas a sua alma, mediante os gostos, o uso da língua e as táticas de vida, é forjada pela cultura branca predatória. O suicídio tem sido frequente entre eles, apresentando um dos maiores índices. O alimento, objeto do corpo e também da alma, assimilou as tensões, tanto é que há sujeitos Karajá com obesidade e com diabetes. A partir disso, pode-se entender que o alimento está ligado à integridade total do povo Karajá.

## Considerações finais

As condições em que o povo Karajá está inserido requer um olhar ancorado numa perspectiva geográfica, levando em consideração diferentes escalas. Nota-se um processo de fragilização de suas práticas alimentares tradicionais, as quais veem sendo substituídas por comportamentos que são reflexos das intervenções e ações externas, decorrentes da lógica capitalista, em detrimento de suas escolhas culturais e nutricionais, baseadas em suas trajetórias.

Essa condição decorre do processo de asfixia territorial, em múltiplas dimensões em que os povos Karajá estão inseridos, em especial após os anos 1970, na perda de seu território, ocasionada por alguns motivos, como a invasão de suas aldeias na cidade de Aruanã. A redução do tamanho de

suas terras conduziu a dificuldades para obtenção de alimentos que fazem parte da alimentação tradicional; afetando sua arte e sua sociabilidade.

Essa asfixia foi crescendo à medida que o turismo no Rio Araguaia foi se desenvolvendo e constituindo uma grande paisagem na escala de Goiás. O turismo anterior, ligado à pescaria e, posteriormente, a sol e praia, mobilizou a economia e a gestão da cidade, dando outra significação para o Rio Araguaia, levando os Karajá a perderem o Rio, que é a base cosmológica essencial de sua vida. O turismo também gerou um conjunto de empreendimentos, de maneira que as aldeias ficam premidas entre investimentos imobiliários de diferentes formas e frentes econômicas.

A asfixia ocorre, também, por atividades econômicas como pecuária extensiva num primeiro momento, depois, intensiva e modernizada, e, em seguida, as lavouras de soja, alterando-se, assim, a partir dos anos de 1970, sua função. O seu território se torna dependente da cidade, gerando o consequente estabelecimento de relações de subordinação.

Dessa maneira, infere-se que ocorre um processo de nutricídio (Afrika, 2000). No caso dos Karajá, essas mudanças promovem um genocídio nutricional mediado pela alimentação, causando doenças como hipertensão, depressão, ansiedade, problemas cardíacos, diabetes, entre outros.

Os desafios contemporâneos, que passam pela invasão de suas terras para pesca e caça predatória, a pressão imobiliária e do agronegócio próximos às suas aldeias e o turismo predatório contribuem para aumentar a complexidade ao combate à insegurança alimentar e à mudança em suas práticas alimentares, provocando o enfraquecimento das práticas de seus elementos culturais.

Dessa forma, é importante enfatizar a necessidade de se buscar o fortalecimento e a luta pela soberania, por meio dos seus direitos territoriais e culturais.

É necessário reforçar a necessidade de disponibilizar alimentos tradicionais de suas práticas alimentares, por meio do acesso ao Rio Araguaia e a áreas de Cerrado preservados, como também a disponibilidade dos recursos naturais necessários para práticas culturais e cosmológicas.

A pesquisa que ora apresentamos aponta a necessidade de políticas públicas e práticas que reforcem e reconheçam os direitos indígenas, promovendo uma gestão do território alinhada com as tradições, visando à reconexão de suas práticas alimentares e culturais.

Concluímos que é preciso avançar no sentido da realização de pesquisas, estudos e subsídios teóricos para auxiliar a busca de uma justiça alimentar e territorial, sendo necessária a participação do Estado e da sociedade civil organizada, em conjunto com o povo Karajá, na busca da construção de estratégias que garantam que a cultura alimentar Karajá seja preservada. Para isso, é preciso aprender e apoiar as práticas de resistência e transformação cultural desse povo.

Resta dizer que o caminho científico e cultural a percorrer, é marcado por dificuldade e implicações políticas, sociais e econômicas.

## Referências

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão:** políticas indigenistas e indígenas na capitania de Goiás. Goiânia: Kelps, 2005.

ATAÍDES, J. M. **Cuidando do patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG, 2006. v. 1.

AFRIKA, Llaila O. **Nutricide:** The Nutritional Destruction of the Black Race. London: A&B Publishers Group, 2000. p. 431.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste. **Universo do Cerrado**. Goiânia: Ucg/Puc, 2008. Cap. 2. p. 1-278. (1).

BONFIM, Tania. Elena. (2011). Avaliação psicológica e saúde mental: aplicações da psicologia clínica em comunidades indígenas. **Psicólogo in Formação**, 15(15), 155-168. doi: 10.15603/2176-0969/pi. v15n15p155-168. » https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v15n15p155-168

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A geração do quarto**: quando crianças e adolescentes nos ensinam a amar. Rio de Janeiro: Record, 2024. 154 p.

FRASER, Alistair. **Curating digital geographies in an era of data colonialism**. Geoforum, [S.L.], v. 104, p. 193-200, ago. 2019. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.04.027.

HECK, Egon; PREZIA, Benedito. **Povos indígenas: terra é vida**. 7. ed. São Paulo: Atual, 2012.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** 2004. 458 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência e Tecnologia: departamento de Geografia, Universidade Estadual de São Paulo – Campus Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 202.

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás** (1722-1972). Goiânia: Imprensa UFGO, 1975. p. 125.

SALERA JÚNIOR, G.; MALVASI, A.; GIRALDIN, O. Relações cordiais. **Ciência hoje SBPC**. Vol. 38. Brasilia (2006)

SENA, Caio César Alencar de. **Da modernização à globalização alimentar**: o local e o global na região metropolitana de goiânia. 2023. 300 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SORRE, Maximilien. **A geografia da alimentação**. São Saulo.USP.Confins.2021(1952).

TORAL, André Amaral de. **Cosmologia e Sociedade Karajá**. 1992. 280 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 1992.

# AUTORES

## Benjamim Pereira Vilela

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2006) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2009). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Jataí. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Atua nos seguintes temas educação ambiental, geografia humana, sustentabilidade, cartografia, geografia da alimentação, estudos culturais e educação profissional. É membro do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (ICEBE).

E-mail: benjamim.vilela@ifg.edu.br

Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/0327090183681398

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9495-2904

## Eguimar Felício Chaveiro

Possui Graduação em Geografia pela Pontífica Universidade Católica de Goiás (1987), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1996), Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2001) e Pós-Doutorado em Saúde do Trabalhador pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG).

E-mail: eguimar@hotmail.com

Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9540141505352914

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8608-2278

## Ângelo Silva Cavalcante

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2003). Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: cidadania, desenvolvimento, economia solidária, administração e autogestão.

E-mail: angelo.cavalcante@ueg.br

Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9082913162470048

ORCID: https://orcid.org/0009-0001-4802-1471

Recebido para publicação em junho de 2024.
Aprovado para publicação em outubro de 2024.